

volta da bandeira da Pátria. Imitemos dessas admiráveis nações a exaltação patriótica, o espírito de renúncia, a força de organização, a capacidade renovadora. Conservemos, porém, a nossa roupa, permaneçamos brasileiros...” (págs. 213, 214 e 215).

Enquanto Armando de Salles Oliveira prepara a sua candidatura presidencial, Getúlio Vargas, os integralistas e parte da burguesia articulam o futuro Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937.

Os oitenta documentos apurados em *A Segunda República* são, a nosso ver indispensáveis a tantos quantos desejam saber de nossa História contemporânea. Isto porque, permitem-nos chegar às raízes de determinados problemas persistentes até nossos dias, com seus efeitos multiplicadores.

Ao nível da pesquisa também torna-se uma obra de leitura obrigatória, na medida em que: 1º) — sugere a possibilidade de um exame mais profundo e de uma tomada de consciência mais ampla das interconexões — entre as situações e as idéias — tais quais são propostas na própria divisão do livro — *Sistema Político, Economia e Classes Sociais* em suas configurações ideológicas; 2º) — parece ser assunto praticamente indiscutível a existência de uma zona de “pensamentos perigosos” em qualquer momento do devir histórico, em qualquer Sociedade. Mesmo com o passar do tempo, investigações nessas zonas são mais ou menos limitadas ou interpretadas errôneamente. Alguns textos mais desconhecidos, precisam ser analisados, a fim de serem integrados num contexto de explicação total; 3º) — exige do pesquisador para a compreensão das tramas políticas, das divergentes formas de pensamento afluidas nos documentos — um estado de espírito independente.

CLEIDE DE OLIVEIRA VILÃO

* * *

*

VIEIRA (Francisca Isabel Schurig). — *O japonês na frente de expansão paulista; o processo de absorção do japonês em Marília-São Paulo*. Pioneira e Editora da Universidade de São Paulo. 1973, 272 págs. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Antropologia.

O trabalho da profa. Francisca Isabel Schurig Vieira, resultou de pesquisa realizada na cidade de Marília, Estado de São Paulo, no período de junho de 1966. Escrita inicialmente para tese de doutoramento apresentada em setembro de 1967, foi acrescida das sugestões da Comissão Examinadora de Doutorado, e desta forma, publicada. O presente trabalho aborda os problemas da imigração japonesa no Brasil, mas especificamente na cidade de Marília. Dividindo a obra em duas partes, a autora considera, na primeira os problemas relativos ao imigrante nipônico: inserido no desenvolvimento capitalista do

Japão, dos fins do século XIX e inícios do século XX; a imigração em relação à introdução da atividade cafeeira e as transformações do sistema de trabalho rural; e finalmente, o imigrante japonês em relação ao avanço da frente de expansão no oeste paulista, nas primeiras décadas do século XX. Na segunda parte, o grupo étnico japonês considerado em Marília, com relação a seu *modus vivendi*, processos de absorção, e redefinição de orientação no grupo étnico.

Quando a corrente migratória japonesa dirigiu-se ao Brasil, no início do século, já existia no Japão uma longa tradição de migração. A autora confronta as épocas Tokugawa e Meiji na história japonesa, sendo que nesta última desenvolvem-se as principais características do capitalismo japonês: expansão dos empreendimentos estatais, controle e assistência do Estado, desigual distribuição de impostos, acentuada exploração sistemática dos camponeses em favor da modernização do setor não agrário da economia. Como consequência, a acentuada urbanização, aumento e redistribuição da população japonesa acarretando a intensificação do caráter migratório. A emigração japonesa para o Brasil, se fez através de companhias de emigração particulares, mas este tipo de empresa particular já havia promovido a imigração japonesa, como no Hawaí e Perú. A primeira leva de imigrantes chegou ao Brasil em 1908, trazida pela *Kokoku Shokomin Kaisha*. O governo do Estado de São Paulo comprometeu-se a subvencionar parte do transporte de imigrantes. A partir de 1923, o Brasil tornou-se, praticamente o único país onde o imigrante japonês era ainda recebido; e o governo japonês passou a interessar-se diretamente e a dar o seu apóio à ação das Companhias de Emigração, incrementando e subsidiando a vinda de trabalhadores japoneses. A partir de 1925, o Brasil é para o Japão não apenas o único país recebedor de imigrantes, mas também mercado potencial de investimentos.

A partir de 1925, a migração adquire aspectos politicamente orientados, através da ação da K. K. K. K. órgão executivo da política migratória japonesa. No Brasil, por sua vez, surgem Companhias de Colonização, encarregadas de organizar e desenvolver núcleos planejados de colonização. O capital japonês não é apenas aplicado nos setores agropecuários, mas a partir de 1935, também nos setores comercial e industrial. O Brasil passa a ser o principal mercado exterior para investimentos japoneses. Em 1927, foi fundada em Tóquio a Federação das Associações Ultramarinas, que teve como órgão representativo na cidade de São Paulo, a Sociedade Colonizadora do Brasil (*Yugen Sekinin Buraziru Takusyoki Kumiai*) conhecida pela abreviatura BRATAC. Depois de 1935, a taxa de imigrantes vai cair devido ao regime de quotas aprovado na Constituição de 1934. Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em agosto de 1942, a imigração cessa completamente. Na segunda parte do livro, a autora reporta-se bem à esta época ao considerar os movimentos *Shindo-Remmei* e *Dai Nippom Kokumin Zen Ei Tai*, surgidos com a derrota do Japão, que vão dividir a colônia japonesa no Brasil, entre os que acreditavam ou não na realidade da rendição japonesa.

Ainda na primeira parte, encontramos a expansão japonesa ligada à expansão cafeeira no Estado de São Paulo, e à construção das primeiras ferrovias de ligação. Finalizando, a autora considera que até 1941, os imigrantes da Alta Paulista, estavam fortemente orientados para o Japão: “êxito rápido e volta à terra natal”, como também pelo tipo de produção agrícola, estimulada e amparada pelo capital nipônico e destinada ao Japão. A guerra, entretanto, vai ocasionar uma reorientação desta política levando ao aparecimento de fortes tensões intergrupais.

Na segunda parte do trabalho da profa. Francisca Schurig, o grupo étnico japonês é considerado essencialmente na cidade de Marília, utilizando-se a autora, na maior parte de testemunhos e depoimentos obtidos em sua pesquisa de campo. Os japoneses são aqui designados, compreendendo, não só os imigrantes, mas também seus descendentes, visto ser impossível estabelecer-se, socialmente, tal distinção. A primeira consideração a ser feita é sobre a nítida separação entre os imigrantes provenientes do arquipélago nipônico e os okinawanos das ilhas Ryukiu, estabelecendo-se uma flagrante inferioridade destes últimos. É feita a distinção entre as três gerações de imigrantes: *isseis*, a primeira geração no exterior; *nisseis*, a segunda geração, dos já nascidos no Brasil e *sanseis*, a terceira geração. A autora ocupa-se somente das duas primeiras, visto não terem os *sansei*, importância do ponto de vista sociológico, no campo considerado, que é a cidade de Marília. Uma terceira dicotomia é feita dentro do grupo étnico dos japoneses, entre os imigrantes de antes da guerra e os seus descendentes, e os “Japão Novo”, que chegaram ao Brasil depois da guerra. A oposição aos “Japão Novo” é mais violenta entre os *nissei*, e isso revela não apenas um maior grau de identificação com a sociedade nacional, mas é sobretudo um índice de mudança no sentido dos valores e padrões brasileiros; o que, não apenas os afasta do “Japão Novo”, como também provoca a mesma repulsão por parte destes.

Alem disso, é preciso considerar a diferença encontrada no seio da colônia japonesa, entre os japoneses da zona rural, chamados de “jacús” e os japoneses da cidade. O grupo *eta*, originariamente de “casta” inferior, dedicava-se originariamente ao comércio do couro e da carne, consideradas ocupações degradantes. Hoje, é praticamente impossível localiza-los socialmente. Tanto os *issei* como os *nissei*, atribuem estas diferenças à fatores externos, e não aos ocorridos, implicitamente no seio dos próprios imigrantes.

Com relação às concepções de tempo e espaço entre os membros do grupo étnico japonês: os japoneses de Marília relacionam-se, num círculo crescente, com os da Noroeste Paulista, Sorocabana, Norte do Paraná, com os da Capital, depois, com os de Mato Grosso e finalmente de outras regiões do Brasil. Estas relações ligam-se a atividades culturais, recreativas, esportivas, religiosas, fora aquelas de parentesco... Com relação ao tempo: para os japoneses voltados para os valores e orientação tradicional, e entre os quais prevalece pequena iden-

tificação com a sociedade nacional, há uma continuidade preservada entre o presente e o passado, o que define o indivíduo como membro do grupo étnico. O presente e o passado estão estreitamente interligados e projetam-se no futuro, num tempo estruturalmente cíclico-progressivo. Os problemas relativos à melhores condições de vida, por exemplo, vão sendo considerados com relação à gerações seguintes e não mais à primeira geração, aos velhos, como se verificavam obrigatoriamente no seio da colônia japonesa. Com relação aos casamentos mistos, aos quais a autora se reportará, adiante, veremos o abandono da casa paterna, reforçando o nascimento desta nova mentalidade em relação ao tempo, no grupo étnico de Marília. Concluindo, as noções de espaço e tempo, estão estreitamente ligadas ao processo de absorção dos japoneses e, a existência de diferentes ordenações de tempo e espaço, reflete alterações na orientação dos membros do grupo étnico.

Conclusões sobre a constituição do grupo étnico japonês em Marília: maior dispersão institucional na esfera econômica, maior escala de escolha individual implicando num maior grau de independência pessoal; a ocupação se divorcia cada vez mais da família, tornando-se ocupação de um indivíduo; embora todos os filhos contribuam em casa até o casamento, essa contribuição advém do salário obtido de cada indivíduo fora da família e não é produto do esforço comum de todos os membros da família, dedicados a uma atividade comum; enfraquecimento da autoridade paterna.

Encontramos, a seguir a organização da família e o processo de absorção do japonês. Desde o início da imigração japonesa para o Brasil, foi estipulado que os imigrantes deveriam entrar em famílias, com pelo menos três membros úteis para os trabalhos agrícolas. Como esta exigência nem sempre podia ser satisfeita, levou-se à constituição de “famílias compostas” (*kosei-kazoku*, ou *keishiki-kazoku*) “para satisfazer ao mesmo tempo, às exigências legais e à necessidade de reduzir as despesas de viagem”. Por outro lado, no seio das famílias japonesas, a hierarquização era consubstanciada em três princípios: os homens são superiores às mulheres, os mais velhos aos mais jovens, os nascidos na família aos que vieram de fora. É nas zonas rurais do Japão, nos reporta a autora, que as famílias mais se aproximam dos padrões ideais do sistema familiar japonês. A ausência de filhos do sexo masculino, ou na inexistência de filhos aptos à sucessão, era possível recorrer-se à adoção legal de um noivo (*mukoyoshi*) para a filha do casal. O sistema *yoshi*, previsto no Código Civil, resolvia casos em que o princípio da primogenitura não podia funcionar. Concluindo, pode-se afirmar: a solidariedade familiar e a continuidade da orientação coletiva são pré-requisitos para a realização de novas expectativas de *status* e extensão de campo de participação social; é no nível da contradição entre a orientação coletiva, necessária para a realização das aspirações de novos papéis, que deve ser entendido o processo de absorção dos japoneses. A existência de discriminação difusa e de preconceito contra o japonês produz, no nível da

personalidade, uma ambivalência em relação à sociedade brasileira e, no nível do grupo étnico, um reforço dos símbolos de identificação grupal. Desde que o japonês se sente bloqueado em suas aspirações, e no seu desejo de identificação positiva com a sociedade brasileira, volta-se para o grupo étnico, onde encontra satisfação e segurança, dificultando a integração.

Com relação ao casamento no grupo étnico: ao lado do casamento arrumado ou *miai-kekkon*, opõe-se o casamento por amor ou *ranai-kekkon*. O *miai* pode ser considerado como forma institucionalizada de validação de uma escolha prévia feita pelos jovens, ou de aceitação por parte dos interessados. O *nakodo*, ou intermediário oficial, que procura uma noiva conveniente para a família, continua como figura importante intervindo em grande número de casamentos japoneses realizados em Marília. Na análise do casamento entre japoneses em Marília, se se colocar no extremo de um *continuum* o sistema de *mukoyoshi*, como revelador de um alto grau de aderência aos sistema de valores e aos padrões tradicionais, pode-se colocar em outro extremo os casamentos mistos, que implicam numa ruptura com esses valores e padrões, com interesses individuais sobrepondo-se aos familiares e com negação implícita das relações hierárquicas intrafamiliares. Mais da metade dos chefes de família, sessenta e um por cento mais exatamente, revelou atitude negativa em relação ao casamento misto, afirmando que “não dá certo sob nenhuma condição”. Já a mulher japonesa, casada com brasileiro se adaptaria melhor. Alguns colocaram uma ressalva, admitindo que talvez os casamentos mistos sejam bem sucedidos no futuro.

Quanto às associações do grupo étnico: na medida em que a filiação a essas associações é limitada aos japoneses, embora nenhuma delas tenha estatutos nesse sentido, elas favorecem a manutenção da exclusividade étnica com normas e um sistema de *status* específico que contribui para a identidade particular que se opõe à identificação comum com o sistema social inclusivo. Embora acentuando em maior ou menor grau a identidade étnica, servem como “agentes que facilitam a transformação do grupo e amortecem a transição para os imigrantes”. A autora, relaciona, a seguir as principais associações de Marília, com um pequeno histórico de cada uma delas. As principais citadas: Associação Nipo-Brasileira de Marília, a *Okinawa Kyokai* de Marília, associações recreativas, culturais e esportivas, associações religiosas, associações cooperativas de crédito, informais.

No último capítulo encontramos a redefinição do grupo étnico e as transformações nos padrões de liderança. No período imediatamente anterior à Segunda Guerra, a predisposição para mudanças era negativa, limitando-se à esfera puramente adaptativa. “Durante a guerra, os ranchos de bicho da seda foram queimados devido aos problemas entre os *kyoko* (intransigentes, vitoristas) e *hai-sen* (derrotistas). A seda fiada desses casulos era vendida pelo Brasil aos Estados Unidos. Então os produtores que vendiam casulos eram

acusados de colaboracionistas”. A carência de notícias e ausência de jornais e programas em língua japonesa, tornavam difícil uma real avaliação da veracidade das afirmações veiculadas pelos derrotistas, após a derrota do Japão. Surgiram então movimentos como os do *Shindo-Remmei* (Liga dos Caminhos dos Súditos) e o *Dai-Nippon Kokumin Zen Ei Tai* (Guarda Avançada do Grande Império do Japão). Seus chefes não se limitavam a negar a realidade presente, mas empreendiam uma reorganização do grupo étnico, visando a manutenção da segregação dos japoneses, a coesão e solidariedade étnica. O movimento, com nítidas características messiânicas, foi organizado segundo os padrões tradicionais de *oyabun-kobun*, combinando hierarquização com autoritarismo. Os dois movimentos sofreram repressão e foram desmantelados pela polícia, respectivamente em 1946 e em 1950. No período posterior à Segunda Guerra, o padrão tradicional de liderança baseado no modelo familiar, combinando hierarquização e autoritarismo foi substituído por novos padrões de liderança. Hoje, ao lado dos líderes *issei*, são encontrados líderes *nissei*, que adquiriram ascendência no grupo étnico por sua eficiência profissional e habilidade em ganhar eleitores japoneses.

Com relação à estrutura interna do grupo étnico em Marília, conclui-se: a análise da absorção do japonês em Marília, demonstrou que qualquer estudo de japoneses urbanizados, não pode ser feito sem se levar em consideração os japoneses da zona rural. Na zona urbana, a maior possibilidade de progresso cultural e maior extensão da participação social do *nissei* acentua a sua dicotomia com o *nissei*. A distinção entre o *okinawano* e o *naiti-jin*, persiste tanto na zona rural como na urbana.

Com relação à posição do japonês na sociedade brasileira: após a Segunda Guerra, houve uma mudança de orientação no grupo étnico, refletida no crescente número de naturalizações, na proliferação de associações recreativas e culturais de *nissei* e no surgimento de novos padrões de liderança.

Entretanto, ao mesmo tempo, passaram os japoneses a enfrentar uma discriminação difusa e a sentir mais agudamente as consequências do “preconceito” contra o japonês. Em Marília, esse preconceito se manifesta sob as formas mais variadas como reação à extensão da participação social do japonês; negando-lhe a participação plena dentro da sociedade brasileira. O preconceito contra o japonês aparece de forma mais aberta entre os brasileiros de classe alta e entre os profissionais liberais.

A manutenção da solidariedade e a coesão étnica aparecem como uma forma de acomodação entre uma superioridade cultural valorada e uma insegurança geral.

ELOISA MARIA PRADA QUEIROZ GUIMARÃES



SOUZA (Antônio Cândido de Mello e). — *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo. Duas Cidades, 1971, 2ª edição.

A segunda edição do livro de Antônio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito* (São Paulo, Duas Cidades, 1971), vem atender à procura insistente de um número cada vez maior de pesquisadores, visto ser a referida obra de grande importância para estudiosos de comunidades rurais, como, também, de grande valor enquanto ponto de referência metodológico para outros estudos que se efetuem em áreas de ciências humanas.

Em investigações realizadas no município de Bofete, São Paulo, o Autor estrutura todo o seu trabalho, centralizando suas observações num agrupamento de caipiras, tomando como escopo o conhecimento dos meios de vida e sua relação com as formas de organização social e ajuste ao meio. As abordagens efetuadas no decorrer do trabalho situam-se ora ao nível da antropologia, ora ao nível da sociologia, procurando o pesquisador o equilíbrio entre ambas. A manipulação de fontes históricas, situando a cultura caipira em suas origens e desenvolvimento, deu ao trabalho uma terceira dimensão, importantíssima para a explicação de determinados aspectos da realidade, imprescindíveis ao não comprometimento das interpretações.

Na primeira parte do livro, objetivando a compreensão da vida do caipira paulista de nossos dias, descrita em capítulos posteriores, o Autor caracteriza a vida do caipira tradicional desde suas origens em fins do ciclo do bandeirantismo que, pela mobilidade contínua, definiu certos tipos de cultura e vida social. Os traços culturais do bandeirante prolongaram-se no caipira, dando continuidade a um estilo de vida marcado pela economia de subsistência, configurada na agricultura itinerante, na coleta, na caça e na pesca. Ligada ao povoamento disperso, caracterizada pelo isolamento e pela auto-suficiência, a cultura caipira buscou o equilíbrio entre o homem e o meio na elaboração de uma dieta compatível com o mínimo social e vital.

A penetração da economia capitalista, nessas áreas de população esparsa, propicia o aparecimento de vilas e fazendas abastadas, rompendo com esses mínimos e quebrando o círculo da economia fechada característica dos bairros, estrutura fundamental da sociabilidade caipira, formados por grupos de famílias vinculadas pelo sentimento de localidade, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. Nesse mesmo processo ocorre, ainda, a formação de novos grupos sociais: fazendeiros, sitiantes, posseiros e agregados. Possuindo as mesmas origens, esses grupos diferenciam-se num primeiro momento pelo uso de mão-de-obra escrava.

Na segunda parte do livro, após a caracterização da vida caipira tradicional, o Autor tem com preocupação investigar de que forma reagiu a cultura caipira em face da urbanização, do latifúndio voltado para a produção de gêneros comerciáveis, do escravo e do imigrante. Tendo em vista a compreensão

desse processo, toma em primeiro plano o município em sua totalidade, observando os tipos de vida do sitiante e do parceiro rural, traçando em seguida sua evolução histórica, atento a suas relações com os municípios vizinhos — Botucatu, Conchas e Pirambóia — que, dadas as situações histórico-geográficas efetivaram-se de maneira pouco dinâmica. O progresso conhecido pelo município no último quartel do século XIX, com o desenvolvimento das fazendas de café, prosperidade encerrada com a crise de 1902, não foi suficiente para quebrar o isolamento e incorpora-lo ao ritmo da vida moderna.

Após traçar o quadro geral da população e caracterizar a situação da terra, constatando como principal sistema de produção o arrendamento e a parceria, especificando as várias modalidades em Bofete e nos municípios vizinhos, o Autor toma como campo mais propício às suas investigações um agrupamento de parceiros que, pela instabilidade da vida social e econômica, achavam-se vinculados de forma mais intensa à cultura tradicional. O agrupamento situava-se em uma fazenda localizada nos bairros da Roseira e do Morro Grande, tendo sido esta, no passado, grande produtora de café. Não sendo administrada e explorada diretamente pelo proprietário, constituindo-se em um conjunto de glebas, converteu-se essa propriedade num campo excepcional para pesquisas visando ao conhecimento das transformações da cultura caipira frente aos fatores externos de mudança. Nos dois últimos núcleos da fazenda, o da baixada e do morro, onde esteve nos anos de 1948 a 1954, o autor reconstruiu a vida comunitária, observando como se configuravam o regime de parceria, o ritmo de trabalho, as técnicas de preparação de terra, plantio e colheita, as práticas de auxílio mútuo e as atividades lúdico-religiosas. A resistência aos fatores de mudança apresentava-se de forma variável segundo a ocupação da terra, situação legal de posse e o regime de trabalho.

Na terceira parte do livro, analisando a situação de mudança, o Autor identifica os elementos que permitem caracterizar a situação do grupo estudado como de crise nos meios de subsistência, nas formas de organização social e nas concepções do universo. Tomando o plano econômico como chave dos demais, o autor observa que as necessidades agrícolas, comerciais e industriais da região, do Estado e do país repercutem nessas áreas a partir de sua incorporação à espera da economia capitalista. As flutuações do mercado, a criação de necessidades novas intensificando o vínculo com a cidade, a alteração do ritmo de trabalho ocasionado pela passagem da agricultura de subsistência para a agricultura voltada à produção de gêneros comerciáveis, a reorganização familiar e grupal, a fim de enfrentar necessidades de compra e venda, são fatores atenuantes no sentido de transformar as relações do grupo com o meio com tendências a atrofiar as práticas tradicionais, condicionando a reorganização ecológica. As alterações, na maioria das vezes não compensadoras, provocam a reelaboração das técnicas e do sistema de valores, dando lugar a novos papéis, relações e posições sociais. Os desajustes criados pela ruptura entre o homem e o meio se resolvem pelo abandono das atividades agrícolas, ingressan-

do o caipira em outro universo de cultura, agora definido por normas e padrões da civilização urbana. A integração efetiva, porem, só terá lugar com a superação da cultura tradicional, na medida em que esta não lhe oferecer elementos suficientes para sua incorporação à nova ordem das coisas.

GILBERTO FERRI

* * *

FERNANDES (Florestan). — *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

“Vivemos uma época difícil, de grandes conflitos e contradições. Toda época de “crise de civilização” possui as duas dimensões”.

Com este parágrafo o sociólogo Florestan Fernandes inicia o ensaio que sintetiza as principais interpretações e hipóteses formuladas através dos três trabalhos reunidos neste livro.

E prossegue: nas “crises de civilização” ocorre entrechoque entre o conservadorismo e o reformismo. Esse entrechoque permanente é dialético e gerador de conflitos no plano social e individual. O sociólogo, fazendo parte do contexto que lhe cabe estudar, não pode ficar alheio às tensões e conflitos do meio social a que pertence, sob pena de neutralizar-se como sociólogo e anular a Sociologia em suas relações dinâmicas com o fluxo histórico. Para o Autor, não cabe ao sociólogo atitude passiva ante os fatos sociais que o cercam. A Sociologia deve deixar de ser empírica e especulativa para ser normativa e produtora do conhecimento historicamente necessário.

A “revolução através da e pela ciência” é utopia, pois a própria ciência está sob controle político, a serviço das ideologias político-econômicas dos contextos sociais em que é praticada, dando origem a um progresso material desvinculado do progresso social. A revolução científica somente poderia ocorrer através do socialismo igualitário e democrático, o que não se deu até agora em nenhuma parte do mundo.

A América Latina sempre esteve alinhada no contexto da “civilização ocidental” e esse alinhamento deu-se na forma de dependência dirigida do exterior, através do colonialismo, do neo-colonialismo e agora, do capitalismo dependente. A obtenção da autonomia poderia ser tentada por dois meios revolucionários: a “revolução dentro da ordem”, ou seja, o nacionalismo radical e a criação de um “novo capitalismo”, e a “revolução contra a ordem existente”, isto é, através do socialismo.